

Autarquia de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José dos Pinhais - Paraná

Ata da nonagésima oitava reunião dos membros do Comitê de Investimentos da PREV SÃO JOSÉ, realizada às nove horas do dia 23 de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, na sala de reuniões da PREV SÃO JOSÉ, atendendo convocação do Presidente do Comitê, e teve como ordem do dia: **1) ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO MÊS DE ABRIL DE 2025; 2) ANÁLISE DE CENÁRIOS; 3) ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOVOS; e 4) APRESENTAÇÃO DA MINUTA DE ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO QUE TRATA SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS.** Presidiu a reunião o Sr. LUIZ CARLOS BONATO, Presidente do Comitê de Investimentos e, na sequência, verificou-se a presença do Sr. IVAN FERREIRA DE MELO, Presidente da Prev, do Sr. IVO CETNARSKI, Diretor de Benefícios da Prev e do Sr. PAULO CESAR MAGNUSKEI, Presidente do CONAD e como convidado o Sr. BRUNO LEME FERREIRA DA SILVA, Assessor de Investimentos da Assessoria Financeira Crédito e Mercado que participou da reunião por teleconferência. Os membros do comitê deliberaram conforme segue: **1) ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO MÊS DE ABRIL DE 2025.** Foi apresentado pelo Diretor Financeiro o relatório de Investimentos da Carteira da PREV SÃO JOSÉ, com retorno percentual no mês de 1,59% ficando o retorno total da carteira no período (janeiro a abril) em 4,64%, sendo que no segmento de renda fixa o retorno foi de 1,57%, renda variável 2,05% e no segmento de Investimento no exterior a carteira teve retorno de 0,11%, a carteira de Investimentos da PREV SÃO JOSÉ fechou o mês com o PL total de R\$ 1.868.022.025,20, o IPCA teve uma variação no mês de 0,43%, com isso a meta atuarial para o período (janeiro a abril) ficou em 4,16% com 111,35% de atingimento da meta para o período, a Consultoria indicou que a carteira da PREV SÃO JOSÉ, está com diversificação muito boa e com proteção adequada para o momento, com 91,74 % em renda fixa, 7,02% renda variável e 1,23% de Investimentos no Exterior. Os fundos atrelados em CDI têm a maior concentração da carteira com 19,71% seguidos dos fundos em vértices de médio prazo com 18,25% e dos fundos em vértices de longo prazo com 14,79%. Comentou que as movimentações efetuadas no decorrer do mês, aumentando nossa exposição em títulos de curto e médio prazos foram importantes para diminuir o impacto negativo da oscilação do mercado, servindo como uma proteção. Os investimentos encontram-se devidamente enquadrados, de acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional e Política de Investimentos, com exceção do fundo de Investimento em Ações - CAIXA BRASIL IBX-50, onde o total das aplicações representou mais de 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo. O desenquadramento ocorreu tendo em vista que houve resgate de cotas por cotistas desse fundo que acabou ocasionando essa situação. Os membros do comitê de Investimentos manifestaram-se, por unanimidade, favoráveis à sua aprovação. **2) ANÁLISE DE CENÁRIOS:** Foi explanado pelo consultor financeiro o Panorama Econômico de Abril de 2025 que segue anexo a esta Ata. **3) ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOVOS:** O Consultor sugeriu que poderíamos aumentar nossa exposição em fundos DI, de imediata liquidez, aguardando a tomada de decisões quanto a novos investimentos. Sugeriu também aplicarmos em títulos negociados diretamente com o Tesouro Nacional aproveitando assim as boas taxas oferecidas, lembrando que esses títulos são marcados na curva. Como forma de diversificação dos investimentos, sugeriu para ficarmos atentos a oportunidades no segmento em renda fixa, no médio e curto prazo, aproveitando assim taxas atrativas oferecidas pelos bancos no período, como exemplo: Letra Financeira. Ressaltou que as taxas oferecidas pelas Letras Financeiras são mais altas que as oferecidas pelos Títulos Públicos, no entanto, o risco também é maior, sugerindo cautela. Sugeriu também para ficarmos atentos às oportunidades nos fundos de crédito privado, ressaltando sempre a cautela. Sugeriu um rebalanceamento do total alocado em IMAB para o IRFM-1 tendo em vista que os recursos alocados em longo prazo estão acima do limite sugerido pela assessoria financeira. O movimento proposto pela assessoria financeira visa o aumento dos recursos em curto prazo. Com relação aos recursos aplicados em Renda Variável comentou que a Prev São José está dentro do

Autarquia de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José dos Pinhais - Paraná

limite sugerido pela assessoria financeira e propôs para que não haja mudança de posição nesse momento. Com relação aos recursos aplicados no Exterior sugeriu um pequeno aumento na exposição, de forma gradativa, em torno de R\$ 500.000,00 a R\$ 1.000.000,00. Oportunamente, o senhor Ivan Ferreira de Melo informou aos membros do comitê e ao consultor que, assim como foi deliberado na reunião passada foram investidos R\$ 89.998.114,49 em Títulos Públicos Federais diretamente com o Tesouro Nacional, com marcação na curva, sendo R\$ 39.998.595,36, em NTN-B, com pagamento de cupom de juros semestrais, com vencimento em 15/08/2032 a uma taxa de IPCA+7,675115% e R\$ 49.999.519,13, em NTN-B, com pagamento de cupom de juros semestrais, com vencimento em 15/05/2035 a uma taxa de IPCA+7,615086%, tendo como custodiante o Banco do Brasil. Informou que o Banco do Brasil se comprometeu a não cobrar taxa de custódia, exceto os custos normais cobrados pelo Tesouro Nacional que ficarão a cargo da Previsão São José. Continuando, informou aos membros e ao consultor que, conforme deliberado em reunião passada, existe a previsão de serem aplicados ainda R\$ 150.000.000,00 em Títulos Públicos Federais diretamente com o Tesouro Nacional, momento em que solicitou ao consultor qual seria sua sugestão com relação a distribuição de valores e vencimentos. Assim sugeriu o consultor: Alocação em NTN-Bs. R\$ 25.000.000,00 ano 2028; R\$ 50.000.000,00 ano 2030; R\$ 10.000.000,00 ano 2032; R\$ 35.000.000,00 ano 2040; R\$ 30.000.000,00 ano 2045. O consultor ressaltou que essa sugestão foi dada tendo como base o estudo da ALM. **4) NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO QUE TRATA SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS:** Conforme definido em reunião anterior, o senhor Ivan apresentou minuta de Decreto para atualizações da regulamentação deste Comitê, que segue anexo a esta ata. Após análise e deliberação os membros do comitê, de forma unânime, manifestaram-se favoráveis a aprovação da Minuta. Ficou definido ainda que, a proposição da Minuta será encaminhada ao Conselho Fiscal e Conselho Administrativo para análise e, se for o caso, aprovação. **PAUTA EXTRA: ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS REFERENTES ÀS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO TULLET PREBON BRASIL COMO DISTRIBUIDORA E DA INSTITUIÇÃO AGREGA INVESTIMENTOS COMO AGENTE AUTÔNOMA DE INVESTIMENTOS.** Apresentado pelo Presidente aos membros do Comitê os processos contendo toda a documentação referentes à solicitação de credenciamento de instituições financeiras. Após análise e deliberação as solicitações foram **homologadas**. O Presidente franqueou a palavra e fazendo o uso da mesma informou aos demais membros que a Previsão São José recebeu a visita do Banco Banrisul, do Banco Mercantil e do Banco do Brasil. As instituições bancárias apresentaram e ofereceram seus produtos de investimentos. Das Informações desta Ata será elaborado o Parecer – Relatório de Investimentos, o qual será encaminhado ao Conselho Fiscal para aprovação. Os membros do comitê manifestaram-se, por unanimidade, favoráveis a sua aprovação. O Presidente franqueou a palavra novamente e como ninguém fez uso da mesma, encerrou a reunião às 11 horas e a presente ata, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

LUIZ CARLOS BONATO
Presidente do Comitê

PAULO CESAR MAGNUSKEI
Membro

IVO CETNARSKI
Membro

IVAN FERREIRA DE MELO
Vice-Presidente

DECRETO Nº xxxxxx, DE xx DE xxxxxx DE xxxx

Dispõe sobre a criação e Regulamentação do
Comitê de Investimentos da Autarquia de
Previdência Social dos Servidores Públicos do
Município de São José dos Pinhais PREV SÃO JOSÉ.

A Prefeita Municipal de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e, de acordo com o art. 59, § 2º, da Lei Complementar nº. 15, de 19 de outubro de 2005, e art. 35, § 2º, do Decreto nº. 1.425, de 30 de março de 2006 Regimento Interno da PREV SÃO JOSÉ, e ainda conforme Ofício nº/2025-PREV SÃO JOSÉ.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica criado e regulamentado o Comitê de Investimentos da Autarquia de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José dos Pinhais PREV SÃO JOSÉ.

Art. 2º O Comitê de Investimentos da PREV SÃO JOSÉ é o órgão responsável pela formulação e execução da Política de Investimentos da Autarquia, cabendo-lhe analisar, propor políticas e estratégias de alocação dos recursos com condições que preservem a segurança, a rentabilidade, a solvência, a liquidez e a transparência dos mesmos.

Art. 3º Os membros do Comitê de Investimentos deverão atender aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Art. 8-B da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, seu regulamento, Portaria MTP nº 1.467/2022, e Manual da Certificação dos Profissionais dos Regimes Próprios de Previdência Social, divulgado pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, nas formas e prazos ali estabelecidos, ao as normas que vierem a substituí-las.

Parágrafo único. Todos os membros deste Comitê de Investimentos deverão, antes de sua posse, estar previamente certificados, em relação a exigência do inciso II do Art. 8-B da Lei nº 9.717/1998, conforme o CAPUT.

Art. 4º O Comitê de Investimentos, com finalidade exclusivamente consultiva, e vinculada à Diretoria Financeira, integra a estrutura organizacional da PREV SÃO JOSÉ e terá 05 (cinco) membros conforme composição a seguir:

I – Membros natos:

- a) Diretor Presidente da PREV SÃO JOSÉ;
- b) Diretor Financeiro da PREV SÃO JOSÉ;
- c) Presidente do Conselho de Administração da PREV SÃO JOSÉ;

II – 2 (dois) membros indicados entre os segurados do regime conforme art. 5º deste Decreto.

§1º Os membros do Comitê de Investimentos, constantes no inciso II terão mandato de 04 (quatro) anos, contados a partir de sua posse, e poderão ser reconduzidos.

§2º Os membros natos, conforme inciso I do CAPUT, somente tomarão posse após devidamente certificados, conforme parágrafo único do Art. 3º deste Decreto.

§3º Ao atingirem a condição de membros natos, conforme alíneas “a” a “c” do inciso I do CAPUT, se ainda não certificados conforme parágrafo único do Art. 3º deste Decreto, poderão a seu critério pessoal, indicar membro substituto que deverá no mínimo:

I - Ser devidamente certificado conforme parágrafo único do Art. 3º deste Decreto;

II - Ser segurado da PREV SÃO JOSÉ.

§4º A indicação conforme parágrafo anterior, terá validade por no máximo 12 meses, e caso após este período o membro titular ainda não esteja devidamente habilitado, a situação será encaminhada para deliberação ao Conselho de Administração da PREV SÃO JOSÉ.

Art. 5º As indicações conforme inciso II do art. 4º serão formalizadas pela Diretoria Executiva da PREV SÃO JOSÉ ao Conselho de Administração que referendará os indicados.

§1º As indicações deverão recair sobre servidores segurados do regime, devidamente habilitados conforme Art. 3º deste Decreto, preferencialmente lotados na na PREV SÃO JOSÉ.

§2º Não poderão ser indicados, para composição destas vagas, os Conselheiros efetivos e suplentes dos Conselhos de Administração e Fiscal.

§3º O Conselho de Administração, de forma fundamentada, poderá não aprovar a indicação, neste caso solicitará nova indicação que não poderá recair sobre o nome recusado.

§4º Após a homologação pelo Conselho de Administração, os indicados serão nomeados através de ato do Diretor Presidente da Autarquia, e serão empossados pelo presidente do Comitê de Investimentos na reunião subsequente à nomeação.

Art. 6º O Comitê de Investimentos contará com assessoramento de Consultoria de Investimento externa, devidamente habilitada.

Art. 7º O Comitê de Investimentos reunir-se-á, ordinariamente uma vez ao mês, com a presença da maioria absoluta dos membros e, deliberará por maioria simples dos presentes.

§ 1º O Comitê de Investimentos será presidido pelo Diretor Financeiro da PREV SÃO JOSÉ, a quem compete à coordenação dos trabalhos juntamente com os demais membros.

§ 2º Será eleito entre os membros do Comitê um Vice-Presidente, que na ausência

do Presidente presidirá as reuniões e convocações.

§ 3º O Comitê de Investimentos poderá ser convocado, extraordinariamente, por seu Presidente, com informação expressa das razões de urgência que motivaram tal convocação.

§ 4º As convocações, juntamente com a ordem do dia, devem ser comunicadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias para as reuniões ordinárias e de 03 (três) dias para as reuniões extraordinárias.

Art. 8º As decisões serão tomadas pela maioria dos membros presentes e, quando houver empate na votação de uma matéria, o Presidente do Comitê de Investimentos terá voto de desempate, na ausência deste, o desempate deverá ocorrer pelo membro que estiver presidindo a reunião.

Art. 9º O Comitê de Investimentos subsidiará a Diretoria Executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal especificamente:

I - na elaboração e definições da minuta da Política de Investimentos anual, referente ao exercício a que se referir, para apresentação aos Conselhos Fiscal e de Administração;

II - analisando, avaliando e emitindo recomendações sobre proposições de investimentos;

III - acompanhando e avaliando o desempenho dos investimentos já realizados, com base em relatórios elaborados pelo Diretor Financeiro e/ou Gestor da Carteira de Investimentos ou Consultoria de Investimentos, bem como proposições de mudança ou redirecionamento de recursos;

IV - analisando os cenários macroeconômicos, político e as avaliações de especialistas acerca dos principais mercados, observando os possíveis reflexos no patrimônio dos planos de benefícios administrados pelo RPPS;

V - propondo, com base nas análises de cenários, as estratégias de investimentos para um determinado período;

VI - reavaliando as estratégias de investimentos, em decorrência da previsão ou ocorrência de fatos conjunturais relevantes que venham, direta ou indiretamente, influenciar os mercados financeiros e de capitais;

VII - analisando os resultados da carteira de investimentos do RPPS;

VIII - propondo revisão da política de investimentos anual buscando o reenquadramento do plano, motivadas por mudanças no cenário econômico, alterações na legislação do RPPS ou de investimentos;

IX - acompanhando a execução da política de investimentos do RPPS;

X - indicando os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores dos benefícios de competência da PREV SÃO JOSÉ;

XI - indicando o percentual máximo a ser conferidos para cada investimento, dentro dos limites legais, buscando adequar o mesmo a realidade do mercado financeiro e da Política de Investimentos;

XII - indicando os critérios para seleção das instituições financeiras buscando a segurança e minimizar os custos operacionais;

XIII - analisando e emitindo parecer acerca das propostas e produtos encaminhados pela Diretoria Executiva;

XIV - analisando e homologando os credenciamentos das Instituições Financeiras encaminhadas pela Diretoria Executiva;

XV - avaliando o desempenho das aplicações financeiras, efetuadas por entidades credenciadas, com periodicidade no mínimo trimestral, objetivando mensurar a performance das mesmas, de acordo com a legislação vigente; e,

XVI - analisando os relatórios trimestrais detalhados, elaborados pelo Gestor da Carteira e/ou Consultoria de Investimentos, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas pela PREV SÃO JOSÉ, com títulos públicos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos segmentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021, e suas alterações.

Art. 10. As decisões e deliberações definidas nas reuniões ordinárias ou extraordinárias pelo Comitê de Investimentos serão registradas em Atas e disponibilizadas para consultas na página oficial da PREV SÃO JOSÉ na rede mundial de computadores - internet.

Art. 11. É vedado aos Membros do Comitê de Investimentos efetuarem negócios de qualquer natureza, direta ou indiretamente relacionados com a PREV SÃO JOSÉ, junto às Instituições Financeiras, não sendo consideradas como tal, movimentações de seus recursos particulares e laboral-funcional.

Art. 12. O Diretor Financeiro da PREV SÃO JOSÉ, membro nato do Comitê, apresentará nas reuniões do Comitê, uma exposição detalhada sobre os assuntos financeiros da PREV SÃO JOSÉ durante o período transcorrido desde a última reunião ou outras exposições que os demais membros solicitarem, subsidiando o Comitê em suas decisões.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelos membros do Comitê de Investimentos, atendendo as disposições legais e normatizações da Secretaria de Previdência do Ministerio da Economia, do Banco Central do Brasil, do Conselho Monetário Nacional e demais órgãos que disciplinam o Sistema Financeiro Nacional.

Art. 14. Os membros integrantes do Comitê de Investimentos, de acordo com a

legislação, perceberão a título de jeton, apenas após participação nas reuniões ordinárias, a importância equivalente a 100% (cem por cento) de um salário mínimo nacional.

Parágrafo único. O membro do Comitê de Investimento, que no mês tiver direito a receber jeton por participar em reunião ordinária, como titular ou suplente, nos Conselhos Fiscal ou de Administração da PREV SÃO JOSÉ, não receberá jeton acumuladamente, podendo optar pelo que lhe for mais vantajoso.

Art. 15. Obrigatoriamente, no mínimo 2 (dois) diretores da PREV SÃO JOSÉ, assinarão em conjunto todos os atos relativos a investimentos da Autarquia.

Art. 16. O presente regulamento só poderá ser alterado ou revogado por resolução dos Conselhos de Administração e Fiscal da PREV SÃO JOSÉ.

Art. 17. Fica revogado o Decreto nº 3.122, de 25 de julho de 2018.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de São José dos Pinhais, xx de xxxx de xxxx.

Margarida Maria Singer
Nina Singer
Prefeita Municipal

Luiz Pereira Keppen
Secretário Municipal de Administração e
Recursos Humanos

PANORAMA **ABRIL**



SÍNTESE DA LEITURA DO PANORAMA ECONÔMICO DOS PERÍODOS ANALISADOS

O ambiente de investimentos para o RPPS continua desafiador, com pressões de influências externas e domésticas sobre as classes de ativos que os RPPS estão expostos. E mais uma vez, reforçamos a importância de tentarmos separar do que se trata de mudanças estruturais e o que se trata de ruídos.

Nos Estados Unidos, embora pautada por justificativas de segurança econômica e nacional, proteção da indústria nacional e correção de desequilíbrios comerciais, a imposição de tarifas ignora os custos sistêmicos e os efeitos colaterais gerados pela interferência coercitiva no funcionamento espontâneo dos mercados.

Além disso, o encarecimento de bens importados prejudica diretamente consumidores e empresas. As empresas que operam em cadeias globais enfrentam elevação de custos e menor previsibilidade sobre seus insumos, levando à compressão de margens e à postergação de investimentos. Na prática, medidas que visam fortalecer a indústria nacional acabam por gerar inflação de custos, menor produtividade e aumento da vulnerabilidade estrutural da economia.

Conforme esperado, um avanço no diálogo entre os principais países do comércio global, ocorreu, e medidas mais pragmáticas foram adotadas para minimização dos impactos na economia real e nos mercados.

No Brasil, com a projeção de Selic em 15%, as expectativas de inflação cessaram revisões altistas, o que, coloca menor pressão de altas de forte peso sobre a Selic.

A alta de 50 pontos base na última reunião do Copom foi acompanhada de um comunicado sinalizando a necessidade de uma postura mais cautelosa por parte do Banco Central.

Frente a volatilidade do cenário econômico no curto prazo, recomendamos cautela aos investidores nos processos decisórios de investimentos. A perspectiva de uma Selic mais elevada para os próximos meses deve trazer melhores condições para atingimento de meta atuarial por um período mais prolongado e oportunidades de alocação em ativos emitidos pelo Tesouro e por instituições privadas, em que para estes, reforçamos o profundo processo de diligência na escolha dos ativos e seus respectivos emissores.

Não obstante, recomendamos que os RPPS diversifiquem sua carteira de investimentos nas classes de ativos recomendadas em nossos periódicos, como ativos de exposição ao exterior e renda variável doméstica que apresenta também, janela de entrada.

INTERNACIONAL

Estados Unidos

Curva de Juros

Nos vértices mais curtos, as taxas mantiveram-se elevadas, refletindo a postura ainda cautelosa do Federal Reserve (FOMC) em relação à inflação e a sinalização de que os juros básicos podem permanecer em patamares restritivos por um período mais prolongado do que inicialmente antecipado pelo mercado. Essa percepção foi reforçada pela comunicação do FOMC em sua última reunião, que indicou a necessidade de maior confiança na trajetória de desinflação antes de considerar cortes na taxa de juros.

Ao longo do mês de abril, observou-se uma leve inclinação ascendente nos prazos intermediários e longos, sugerindo que as expectativas de inflação de longo prazo permanecem ancoradas, mas com um prêmio de risco ligeiramente maior incorporado pelos investidores. Fatores como a resiliência da atividade econômica, a dinâmica do mercado de trabalho e as incertezas geopolíticas globais contribuíram para essa reavaliação.

Mercado de Trabalho

Os dados mais recentes do mercado de trabalho americano demonstraram moderação gradual. O relatório JOLTS referente a março de 2025 indicou uma leve redução no número de vagas de emprego em aberto, situando-se em 7,2 milhões.

Apesar da queda, o nível ainda é historicamente elevado, sugerindo que a demanda por trabalhadores permanece aquecida, superando a oferta disponível em diversos setores. Essa dinâmica contribui para a manutenção de pressões salariais, um fator monitorado de perto pelo FOMC.

O relatório Nonfarm Payroll de abril de 2025, por sua vez, revelou a criação de 177 mil novas vagas, um número que veio ligeiramente acima das expectativas do mercado (130 mil), mas que representa uma leve desaceleração em relação ao mês anterior. Já a taxa de desemprego permaneceu estável em 4,2%.

Inflação

Os indicadores de inflação de abril de 2025 apresentaram um comportamento misto, com a variação anual da inflação ao consumidor (CPI) registrando 2,3% e a do PCE (principal índice observado pelo Fed) em 2,3%.

Ambos os núcleos, que excluem os componentes mais voláteis de alimentos e energia, mostraram uma desaceleração mais lenta, com o Core CPI anual em 2,8% e o Core PCE anual em 2,6%.

Mensalmente, o CPI variou 0,2% e o PCE 0%, com seus núcleos seguindo a mesma tendência. Esses números, embora indiquem uma continuidade no processo

desinflacionário, mostram que a convergência para a meta de 2% do Federal Reserve ainda enfrenta desafios, especialmente no setor de serviços.

Indicadores de Atividade Econômica

PIB

A economia americana demonstrou os primeiros impactos das políticas comerciais adotadas pelo governo americano no primeiro trimestre de 2025, com o Produto Interno Bruto (PIB) registrando contração de -0,3%.

Esse desempenho foi impulsionado (i) pelo aumento marginal da poupança privada que cresceu frente as incertezas futuras, (ii) por uma paralisação parcial dos investimentos das empresas dado imprecisões sobre os impactos das tarifas impostas, (iii) por cortes de gastos do governo americano, principalmente o governo federal, e (iv) uma antecipação massiva de importações dos agentes econômicos na tentativa do esquivamento do ajuste tributário.

PMI

O PMI Industrial situou-se em 50,2, assim como no mês anterior, indicando uma leve expansão no setor manufatureiro após algum período de contração.

O PMI de Serviços, por sua vez, caiu para 50,8, demonstrando uma forte queda em relação aos 54,40 pontos de março, com a expansão mais fraca dos últimos 17 meses.

Consequentemente, o PMI Composto ficou em 50,60 pontos, sinalizando uma expansão bem moderada da atividade econômica total, com o patamar mais baixo desde setembro de 2023.

Reunião do FOMC

Na reunião de maio de 2025, realizada no dia 7, o FOMC do Federal Reserve decidiu manter a taxa básica de juros no intervalo de 4,25% a 4,50%, conforme esperado. A decisão reflete a postura cautelosa do Fed diante de um cenário econômico incerto, marcado por pressões inflacionárias decorrentes das tarifas impostas pelo governo Trump e riscos crescentes de desaceleração econômica. O comunicado oficial destacou que "a incerteza sobre as perspectivas econômicas aumentou ainda mais" e que "os riscos de maior desemprego e inflação elevada aumentaram". O presidente do Fed, Jerome Powell, reiterou a necessidade de paciência, enfatizando que a política monetária atual está "em um bom lugar" e que o banco central aguardará dados adicionais antes de considerar ajustes nas taxas de juros.

Apesar de manter as taxas inalteradas, o Fed sinalizou que cortes nos juros ainda são possíveis no segundo semestre de 2025, dependendo da evolução dos indicadores econômicos. O mercado financeiro, por sua vez, ajustou suas expectativas, prevendo a primeira redução de juros possivelmente em setembro, com base nas projeções atuais.

Performance de Mercado (S&P500, Nasdaq, Dow Jones, Dollar Index)

No acumulado de abril, o S&P 500 registrou uma queda de 0,8%, marcando o terceiro mês consecutivo de perdas. O Dow Jones teve um recuo mais acentuado de 3,2%, enquanto o Nasdaq conseguiu uma leve alta de 0,9%, impulsionado pelos balanços positivos de empresas de tecnologia. O mês foi caracterizado por intensa volatilidade, iniciada com o anúncio do "Dia da Libertação" em 2 de abril, quando o presidente Donald Trump implementou tarifas recíprocas, desencadeando uma guerra comercial com a China. A instabilidade foi agravada por dados de inflação acima do esperado e tensões entre Trump e o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, que geraram incertezas adicionais no mercado.

O Dollar Index (DXY), que mede a força do dólar americano frente a uma cesta de moedas desenvolvidas, fechou em 99,47 pontos, apresentando uma leve alta de 0,23% no dia. No entanto, ao longo de abril, o DXY acumulou uma queda significativa de 4,6%, marcando seu pior desempenho mensal desde novembro de 2022.

A desvalorização do dólar em abril foi impulsionada por diversos fatores, incluindo a intensificação das tensões comerciais entre os EUA e a China, após a imposição de tarifas recíprocas pelo governo Trump. Essas medidas aumentaram a aversão ao risco entre os investidores, levando-os a buscar ativos considerados mais seguros, como o euro, o iene e o franco suíço. Além disso, a desaceleração do crescimento econômico dos EUA no primeiro trimestre e a pressão política sobre o Federal Reserve para reduzir as taxas de juros contribuíram para o enfraquecimento do dólar.

Europa

Inflação (CPI e Núcleo)

A inflação ao consumidor na Zona do Euro registrou 2,2% em abril de 2025 na comparação anual, estável em relação a março. O núcleo da inflação, que exclui energia, alimentos, álcool e tabaco, ficou em 2,7% no mesmo período.

A estabilização da inflação próxima à meta de 2% do Banco Central Europeu (BCE) representa um avanço significativo em relação aos picos observados em 2022 e 2023. No entanto, o núcleo ainda permanece acima do nível desejado, indicando persistência de pressões inflacionárias subjacentes.

Atividade Econômica (PMI e PIB)

O PIB da zona do euro cresceu 0,3% no primeiro trimestre de 2025, mantendo uma trajetória positiva pelo quinto trimestre seguido, embora o resultado tenha vindo um pouco abaixo da estimativa inicial de 0,4%. Esse crescimento foi sustentado por uma melhora na demanda interna, favorecida pela inflação mais baixa e pelos juros reduzidos.

As novas tarifas americanas devem afetar as exportações da região, e a maior incerteza pode desestimular tanto os investimentos quanto o consumo das famílias.

Os Índices de Gerentes de Compras (PMI) da S&P Global para abril de 2025 indicaram uma divergência setorial. O PMI Industrial permaneceu em território contracionista, em 49,0, refletindo os desafios enfrentados pela indústria transformadora, como custos de energia ainda elevados e demanda externa enfraquecida.

Por outro lado, o PMI de Serviços mostrou uma leve expansão, atingindo 50,1, dado uma estagnação no setor devido a uma demanda reprimida por serviços.

O PMI Composto ficou em 50,4 sinalizando uma leve expansão da atividade total, mas com a recuperação ainda dependente do desempenho do setor de serviços.

Juros

Na reunião de política monetária de abril, o Banco Central Europeu decidiu reduzir as taxas de juro em 25 pontos base. Com isso, a taxa de depósito passou de 2,50% para 2,25%, a taxa das operações principais de refinanciamento caiu para 2,40%. Com o movimento, essa foi a sétima redução consecutiva desde junho de 2024, refletindo a preocupação do BCE com os riscos à atividade econômica, especialmente diante das tensões comerciais globais e da desaceleração do crescimento na zona do euro.

Ásia

China

Inflação

A inflação na China, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (CPI), registrou -0,1% em abril de 2025 na comparação anual, mantendo-se em território deflacionário. O núcleo da inflação, que exclui alimentos e energia, ficou em 0,5% no mesmo período.

A persistência de pressões deflacionárias reflete a fraca demanda doméstica e os desafios estruturais da economia chinesa, incluindo a crise no setor imobiliário e o alto endividamento de governos locais.

O Índice de Preços ao Produtor (PPI) registrou queda de -2,7% em abril na comparação anual, o 31º mês consecutivo de deflação, indicando excesso de capacidade produtiva e fraca demanda global.

Indicadores de Atividade

PIB

A economia chinesa cresceu 1,2% no primeiro quartil do ano, desacelerando em relação ao avanço de 1,6% no trimestre anterior e abaixo da expectativa do mercado, que era de 1,4%. A desaceleração ocorre em meio a tensões comerciais com os EUA.

Diante desse cenário, autoridades chinesas têm destacado que o país dispõe de instrumentos para sustentar o crescimento. O governo promete novos estímulos, com foco especial no fortalecimento do consumo, visto como prioridade para compensar os efeitos negativos das tarifas americanas.

PMI

Quanto aos indicadores que costumam ser usados como indicadores antecedentes de atividade econômica, o PMI de Manufatura recuou para 50,4 em abril, no crescimento mais fraco desde janeiro, enquanto isso, o PMI de Serviços caiu para 50,7, na expansão mais baixa desde setembro de 2024. Na síntese, o PMI Composto ficou em 51,1 em abril de 2025, indicando expansão modesta.

Juros

Na última reunião do Banco Popular da China (PBoC), de maio, a autoridade monetária reduziu suas principais taxas de empréstimo para mínimas históricas, em linha com as expectativas do mercado e marcando o primeiro corte desde outubro de 2024. A taxa primária de empréstimo de um ano (LPR), usada como referência para a maioria dos empréstimos corporativos e pessoais, caiu 10 pontos-base para 3,0%. Já a LPR de cinco anos, que orienta os financiamentos imobiliários, também foi reduzida em 10 pontos-base, para 3,5%.

O corte nas taxas faz parte de um pacote mais amplo de estímulos anunciado anteriormente, com o objetivo de impulsionar a economia chinesa diante da fraqueza no mercado interno e das tensões comerciais com os EUA.

A redução busca reativar a demanda por crédito e estimular o setor imobiliário.

Brasil

Inflação

O IPCA registrado em abril foi de 0,43%, após ter registrado 0,56% em março, com destaque para os aumentos nos grupos de Alimentação e bebidas e Saúde e cuidados pessoais. Em alimentação, a principal pressão foi de itens como batata, tomate e café. Já Transportes foi o único a apresentar queda, contendo o avanço geral dos preços.

No acumulado de 12 meses, a inflação subiu para 5,53%, e no ano já chega a 2,48%

Indicadores de Atividade

PIB

A economia brasileira cresceu 1,3% no primeiro trimestre de 2025, segundo prévia divulgada pela FGV e confirmada pelo IBC-Br do Banco Central. O principal impulso vem do setor de agropecuária.

PMI

O PMI Composto recuou para 49,4 em abril de 2025, entrando em território de contração após 52,6 em março. O PMI de Manufatura ficou em 50,3, indicando expansão modesta, enquanto o PMI de Serviços caiu para 48,9, sinalizando contração no setor.

Juros

Conforme comunicado divulgado pós reunião, e sua respectiva ata, o Copom revelou um cenário desafiador tanto no ambiente externo quanto no cenário doméstico. No exterior, a incerteza relacionada à política comercial dos Estados Unidos e seus impactos sobre a inflação global e o crescimento tem exigido cautela, especialmente de países emergentes. No Brasil, embora a atividade econômica e o mercado de trabalho ainda mostrem dinamismo, há sinais de moderação. A inflação para 2025 e 2026 continuam acima da meta, com os núcleos de inflação ainda em níveis elevados.

Além disso, o Copom destacou que as expectativas desancoradas exigem juros altos por mais tempo. Foi destacado que o cenário fiscal segue preocupando, com riscos de aumento da taxa neutra devido a incertezas sobre a sustentabilidade da dívida. Com as premissas pontuadas, a autoridade monetária subiu 50 pontos base da Selic, elevando a taxa básica de juros para 14,75% a.a.

Performance Renda Variável

Ibovespa

O principal índice da bolsa de valores brasileira, o IBOVESPA, apresentou leve contração de -0,02%, fechamento aos 135.066 pontos. No mês, a variação do índice foi de 3,69%, favorecido pela entrada de capital estrangeiro dado os juros elevados e expectativa de corte nas taxas dos EUA.

Câmbio

Já em relação a performance do Real brasileiro em relação ao dólar americano, a divisa norte americana subiu 0,82% no último dia de abril, em relação a nossa moeda, na cotação de R\$ 5,67. Todavia, o dólar caiu 0,50% no mês de abril.

Renda Fixa

No mês de abril, a performance dos índices ANBIMA fecharam da seguinte forma: IMA Geral (1,64%), IMA-B 5 (1,76%), IMA-B (2,20%), IMA-B 5+ (2,53%).

No grupo dos prefixados, as performances ficaram sob a seguinte forma: IRF-M 1 (1,17%), IRF-M (2,76%) e IRF-M 1+ (3,54%).

Quanto aos índices de prazos constantes, IDKA-Pré 2a teve variação de 2,88% no mês enquanto o IDKA-IPCA 2a obteve oscilação de 1,9% no mês.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

O ambiente de investimentos para o RPPS continua desafiador, com pressões de influências externas e domésticas sobre as classes de ativos que os RPPS estão expostos. E mais uma vez, reforçamos a importância de tentarmos separar do que se trata de mudanças estruturais e o que se trata de ruídos.

Nos Estados Unidos, embora pautada por justificativas de segurança econômica e nacional, proteção da indústria nacional e correção de desequilíbrios comerciais, a imposição de tarifas ignora os custos sistêmicos e os efeitos colaterais gerados pela interferência coercitiva no funcionamento espontâneo dos mercados.

Além disso, o encarecimento de bens importados prejudica diretamente consumidores e empresas. As empresas que operam em cadeias globais enfrentam elevação de custos e menor previsibilidade sobre seus insumos, levando à compressão de margens e à postergação de investimentos. Na prática, medidas que visam fortalecer a indústria nacional acabam por gerar inflação de custos, menor produtividade e aumento da vulnerabilidade estrutural da economia.

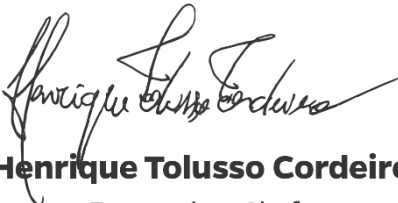
Conforme esperado, um avanço no diálogo entre os principais países do comércio global, ocorreu, e medidas mais pragmáticas foram adotadas para minimização dos impactos na economia real e nos mercados.

No Brasil, com a projeção de Selic em 15%, as expectativas de inflação cessaram revisões altistas, o que, coloca menor pressão de altas de forte peso sobre a Selic.

A alta de 50 pontos base na última reunião do Copom foi acompanhada de um comunicado sinalizando a necessidade de uma postura mais cautelosa por parte do Banco Central.

Frente a volatilidade do cenário econômico no curto prazo, recomendamos cautela aos investidores nos processos decisórios de investimentos. A perspectiva de uma Selic mais elevada para os próximos meses deve trazer melhores condições para atingimento de meta atuarial por um período mais prolongado e oportunidades de alocação em ativos emitidos pelo Tesouro e por instituições privadas, em que para estes, reforçamos o profundo processo de diligência na escolha dos ativos e seus respectivos emissores.

Não obstante, recomendamos que os RPPS diversifiquem sua carteira de investimentos nas classes de ativos recomendadas em nossos periódicos, como ativos de exposição ao exterior e renda variável doméstica que apresenta também, janela de entrada.



Henrique Tolusso Cordeiro
Economista Chefe
Corecon/SP: 37.262

INVESTIDOR EM GERAL – SEM PRÓ GESTÃO

Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	60%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+)	0%
Longo Prazo (IMA-Geral/ IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	0%
Gestão do Duration	5%
Médio Prazo (IMA-B 5 e IDKA 2)	15%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1)	20%
Títulos Privados (Letra financeira e CDB)	20%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	20%
Multimercados (exterior 2,5% + doméstico 2,5%)	5%
Fundos de Participações *	0%
Fundos Imobiliários *	5%
<u>Investimento no Exterior</u>	10%
Fundos de Investimentos no Exterior (Hedge)	0%
Fundos de Investimentos no Exterior	10%

* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso

PRÓ GESTÃO NÍVEL 1

Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	55%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-Geral/ IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	0%
Gestão do Duration	0%
Médio Prazo (IMA-B 5 e IDKA 2)	15%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1)	20%
Títulos Privados (Letra financeira e CDB)	20%
<u>Renda Variável</u>	35%
Fundos de Ações	25%
Multimercados (exterior 1,25% + doméstico 1,25%)	2,5%
Fundos de Participações *	2,5%
Fundos Imobiliários *	5%
<u>Investimento no Exterior</u>	10%
Fundos de Investimentos no Exterior (Hedge)	5%
Fundos de Investimentos no Exterior	5%

* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.

PRÓ GESTÃO NÍVEL 2

Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	50%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-Geral/ IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	0%
Gestão do Duration	0%
Médio Prazo (IMA-B 5 e IDKA 2)	10%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1)	20%
Títulos Privados (Letra financeira e CDB)	20%
<u>Renda Variável</u>	40%
Fundos de Ações	30%
Multimercados (exterior 1,25% + doméstico 1,25%)	2,5%
Fundos de Participações *	2,5%
Fundos Imobiliários *	5%
<u>Investimento no Exterior</u>	10%
Fundos de Investimentos no Exterior (Hedge)	5%
Fundos de Investimentos no Exterior	5%

* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.

PRÓ GESTÃO NÍVEL 3

Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	40%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-Geral/ IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	0%
Gestão do Duration	0%
Médio Prazo (IMA-B 5 e IDKA 2)	10%
Curto Prazo (CDI e IRF-M 1)	15%
Títulos Privados (Letra financeira e CD)	15%
<u>Renda Variável</u>	55%
Fundos de Ações	35%
Multimercados (exterior 1,25% + doméstico 1,25%)	2,5%
Fundos de Participações *	2,5%
Fundos Imobiliários *	5%
<u>Investimento no Exterior</u>	15%
Fundos de Investimentos no Exterior (Hedge)	7,5%
Fundos de Investimentos no Exterior	7,5%

* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.